

STJ00097033

René Ariel Dotti

CURSO DE DIREITO PENAL

Parte Geral

5.^a edição
revista, atualizada e ampliada

Com a colaboração de
Alexandre Knopfholz e Gustavo Britta Scandelari

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

CURSO DE DIREITO PENAL

PARTE GERAL

RENÉ ARIEL DOTTI

5.^a edição revista, atualizada e ampliada com a colaboração de
ALEXANDRE KNOPFHOLZ e GUSTAVO BRITTA SCANDELARI

1.^a edição: 2001; 2.^a tiragem: 2002; 3.^a tiragem: 2003;
2.^a edição: 2004; 2.^a tiragem: 2005;
3.^a edição: 2009; 4.^a edição: 2012.



Este livro também pode ser
adquirido na versão eBook.
visite: livrariart.com.br

00610

© desta edição [2013]

EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.

GISELLE TAPAI

Diretora responsável

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda

Tel. 11 3613-8400 – Fax 11 3613-8450

CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

Todos os DIREITOS RESERVADOS: Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal) com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

CENTRAL DE RELACIONAMENTO RT

(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)

Tel. 0800-702-2433

e-mail de atendimento ao consumidor: sac@rt.com.br

Visite nosso *site*: www.rt.com.br

Impresso no Brasil [07-2013]

Universitário (texto)

Fechamento desta edição [12.07.2013]



ISBN 978-85-203-4867-3

982124

SUMÁRIO

ABREVIATURAS DE AUTORES E OBRAS.....	7
SIGLAS UTILIZADAS	11
PREFÁCIO À QUINTA EDIÇÃO	17
PREFÁCIO À QUARTA EDIÇÃO.....	21
PREFÁCIO À TERCEIRA EDIÇÃO	25
PREFÁCIO À SEGUNDA EDIÇÃO.....	27
PREFÁCIO À PRIMEIRA EDIÇÃO.....	29
TÍTULO I. O SISTEMA PENAL	
CAPÍTULO I. INTRODUÇÃO	77
1. Missão e limites do Direito Penal.....	77
2. O sistema penal.....	78
3. O sistema positivo penal.....	79
4. Elementos do sistema.....	79
5. O sistema penal para a criminologia crítica	81
CAPÍTULO II. O SISTEMA POSITIVO VIGENTE.....	83
6. As normas constitucionais	83
7. As normas infraconstitucionais penais	84
8. As normas infraconstitucionais extrapenais	85
SEÇÃO I. O DIREITO PENAL FUNDAMENTAL.....	85
9. Conceito	85
10. Código Penal.....	86
SEÇÃO II. O DIREITO PENAL COMPLEMENTAR	87
11. Conceito.....	87
12. As leis penais especiais.....	87
A. Crimes	87
B. Contravenções.....	88
13. A consolidação das leis penais	88
SEÇÃO III. TENTATIVAS DE CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS ESPECIAIS	89
14. O Anteprojeto de 1984.....	89
15. A revisão do Anteprojeto de 1984.....	90
16. O esboço de 1994.....	90
A. A necessidade da reforma.....	91
B. A não conclusão dos trabalhos	91
C. A indiferença oficial.....	92
17. O Anteprojeto de 1998.....	92
A. O aproveitamento do Esboço	92

B. A publicação do anteprojeto.....	92
C. A Comissão de Revisão.....	93
D. A paralisação dos trabalhos.....	93
18. As leis penais de reforma.....	93
SEÇÃO IV. O DIREITO PENAL COMUM.....	94
19. Conceito.....	94
20. Exemplos.....	94
SEÇÃO V. O DIREITO PENAL ESPECIAL.....	94
21. Conceito.....	94
22. Exemplos.....	95
CAPÍTULO III. MOVIMENTOS DE REFORMA DO SISTEMA.....	96
SEÇÃO I. O MOVIMENTO DE LEI E ORDEM.....	96
23. Noções gerais.....	96
24. O discurso político do crime e o direito penal do inimigo.....	97
25. Meios de comunicação, violência e criminalidade.....	99
26. A globalização e os rumos da Política Criminal.....	102
27. As propostas de criminalização e agravação das penas.....	106
SEÇÃO II. O MOVIMENTO ABOLICIONISTA.....	107
28. Noções gerais.....	107
29. A abolição da pena de prisão.....	107
30. A deslegitimação do sistema penal.....	108
31. O discurso anárquico.....	110
32. Mudanças sociais e sistemas legais.....	111
SEÇÃO III. O MOVIMENTO CRÍTICO.....	112
33. Noções gerais.....	112
34. O positivismo jurídico.....	112
35. O dogmatismo jurídico.....	114
36. A inflação legislativa.....	117
37. O princípio da intervenção mínima.....	118
38. Propostas fundamentais.....	119
SEÇÃO IV. O SISTEMA PENAL CONSENSUAL.....	120
39. Noções gerais.....	120
40. Formas da justiça penal consensual.....	120
41. A despenalização judicial.....	121
42. Alternativas à jurisdição penal.....	122
TÍTULO II. A CIÊNCIA DO DIREITO PENAL	
CAPÍTULO I. INTRODUÇÃO.....	123
1. As ciências naturais.....	123
2. As ciências humanas.....	123
3. A ciência do Direito Penal.....	123

CAPÍTULO II. O ESTUDO DO DIREITO PENAL.....	125
4. O problema do método	125
5. A exegese.....	125
6. A dogmática	126
7. A hermenêutica	126
8. A crítica.....	127
CAPÍTULO III. NATUREZA E FINS DO DIREITO PENAL	128
9. Noções gerais	128
A. Direito objetivo e direito subjetivo	128
B. Distinção fundamental	128
10. Conceito.....	128
11. Denominação	129
SEÇÃO ÚNICA. CARACTERES FUNDAMENTAIS.....	129
12. Caráter positivo.....	129
13. Caráter público	130
14. Caráter autônomo	130
15. Caráter sancionatório.....	130
16. Caráter constitutivo	131
17. Caráter original	132
18. Caráter valorativo.....	133
19. Caráter coercitivo.....	133
CAPÍTULO IV. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO PENAL	134
20. O princípio da humanidade das sanções.....	134
21. O princípio da presunção de inocência.....	135
SEÇÃO I. O PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE DA LEI PENAL	137
22. Precisão terminológica	137
23. O marco constitucional.....	138
24. A norma penal.....	138
25. Os textos internacionais.....	139
§ 1.º OS MARCOS LEGISLATIVOS HISTÓRICOS.....	139
26. A antiguidade romana e germânica.....	139
27. A “Magna Charta Libertatum”	139
28. A Carta Magna leonesa.....	140
§ 2.º AS DECLARAÇÕES DE DIREITOS.....	140
29. As declarações do século XVIII.....	140
30. As declarações dos séculos XIX e XX.....	140
§ 3.º AS GARANTIAS FUNDAMENTAIS	141
31. A garantia natural.....	141
32. A garantia política	141
SEÇÃO II. O PRINCÍPIO DA TAXATIVIDADE DA NORMA INCRIMINADORA.....	142
33. Natureza e função do princípio.....	142

34. O problema dos tipos penais abertos	143
A. Conceito	144
B. Hipóteses	144
SEÇÃO III. O PRINCÍPIO DA APLICAÇÃO DA LEI MAIS FAVORÁVEL	144
35. Noções gerais	144
36. Irretroatividade da lei mais grave	145
37. Retroatividade da lei mais favorável	145
SEÇÃO IV. O PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO DOS BENS JURÍDICOS	146
38. Bem jurídico e interesse jurídico	146
A. Bem jurídico e objeto do crime	146
39. O princípio do bem jurídico	147
40. O princípio da lesividade (ofensividade)	147
A. O direito penal do autor	148
B. O direito penal do fato	148
SEÇÃO V. O PRINCÍPIO DA CULPABILIDADE	149
41. A dignidade da pessoa humana	149
42. A responsabilidade em função da culpa	149
SEÇÃO VI. O PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE DA PENA	150
43. Os limites das sanções penais	150
44. A justa retribuição	150
SEÇÃO VII. O PRINCÍPIO DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA	151
45. Consagração constitucional	151
46. O dogma da personalidade da pena	151
47. A pessoa física como agente da infração penal	152
48. A pessoa física como objeto da individualização da pena	152
SEÇÃO VIII. O PRINCÍPIO DA INTERVENÇÃO MÍNIMA	153
49. Natureza e função do princípio	153
50. Consagração constitucional	154
51. O princípio da insignificância	154
52. Intervenção mínima e insignificância	155
SEÇÃO IX. OUTROS PRINCÍPIOS	156
53. O princípio da necessidade das reações penais	156
54. O princípio da utilidade social	157
CAPÍTULO V. FORMAS DE MANIFESTAÇÃO DO DIREITO PENAL	158
55. A legislação	158
A. A lei	158
B. Outros documentos normativos	158
56. A doutrina	159
57. A jurisprudência	159
CAPÍTULO VI. POLÍTICA CRIMINAL E DIREITO PENAL	160
58. Noções gerais	160

59.	Conceito de Política Criminal.....	160
60.	Dogmática realista.....	161
SEÇÃO I. CRIMINALIZAÇÃO E DESCRIMINALIZAÇÃO.....		161
61.	Noções gerais.....	161
62.	A criminalização.....	162
63.	A descriminalização.....	162
	A. Descriminalização formal.....	163
	B. Descriminalização informal.....	164
	C. Descriminalização e o princípio da intervenção mínima.....	165
64.	A neocriminalização.....	165
65.	A desjudiciarização.....	165
SEÇÃO II. PENALIZAÇÃO E DESPENALIZAÇÃO.....		166
66.	Noções gerais.....	166
67.	A penalização.....	166
68.	A despenalização.....	166
	A. Despenalização formal.....	166
	B. Despenalização informal.....	167
CAPÍTULO VII. DIREITO PENAL E CRIMINOLOGIA.....		168
69.	A integração entre o Direito Penal e a Criminologia.....	168
70.	A experiência brasileira.....	169
SEÇÃO I. CONCEITO, MÉTODO, OBJETO E FUNÇÃO DA CRIMINOLOGIA.....		170
71.	Conceito.....	170
72.	Método e técnicas de investigação.....	171
	A. O método.....	171
	B. As técnicas de investigação.....	172
73.	Objeto.....	173
74.	Funções.....	174
SEÇÃO II. PERSPECTIVAS E MODELOS DE INVESTIGAÇÃO CRIMINOLÓGICA.....		174
75.	A Criminologia clássica.....	174
76.	A criminologia positivista.....	175
77.	A criminologia socialista.....	176
78.	A sociologia das condutas desviantes.....	178
79.	A perspectiva interacionista.....	179
80.	A criminologia radical.....	181
CAPÍTULO VIII. DIREITO PENAL E VITIMOLOGIA.....		183
81.	Noções gerais.....	183
82.	Conceito de vítima.....	184
	A. Sujeito passivo.....	185
	B. Terceiro prejudicado.....	185
83.	A vítima nos tipos legais de crimes.....	186
84.	Comportamento da vítima e medida da pena.....	186
85.	Indicações legais da reparação do dano.....	187

86. A vítima e os rumos da Política Criminal	188
A. A reação comunitária.....	188
B. Eventos internacionais e textos de proteção das vítimas.....	189
C. A perspectiva brasileira.....	191
D. Novas formas de proteção legal.....	192
CAPÍTULO IX. RELAÇÕES ENTRE O DIREITO PENAL E OUTRAS CIÊNCIAS JURÍDICAS.....	193
87. Direito Constitucional.....	193
88. Direito Processual Penal.....	195
89. Direito de Execução Penal	195
90. Direito Penitenciário	196
91. Direito Civil.....	196
92. Direito Administrativo	196
93. Direito Ambiental.....	197
94. Direito Comercial.....	198
95. Direito Econômico	198
96. Direito Tributário	198
97. Direito Previdenciário	199
98. Direito do Trabalho	199
99. Direito Eleitoral.....	200
100. Direito Internacional Público.....	200
101. Direito Disciplinar.....	200
102. Outras ciências jurídicas conexas	202
103. Importância das relações entre os ramos jurídicos	202
CAPÍTULO X. RELAÇÕES ENTRE O DIREITO PENAL E OUTRAS CIÊNCIAS DA CONDUTA	203
104. Direito Penal e Filosofia	203
105. Direito Penal e Sociologia	204
106. Direito Penal e Psicologia.....	204
CAPÍTULO XI. RELAÇÕES ENTRE O DIREITO PENAL E OUTRAS ÁREAS DO CONHECIMENTO	206
107. Direito Penal e História.....	206
108. Direito Penal e Arte.....	207
109. Direito Penal e Literatura.....	207
110. Direito Penal e Religião.....	207
CAPÍTULO XII. CIÊNCIAS AUXILIARES DO DIREITO PENAL	209
111. Medicina Legal	209
112. Psicologia Judiciária.....	209
113. Psiquiatria Forense.....	210
114. Polícia Científica	210
115. Criminalística.....	210
116. Estatística Criminal.....	211

TÍTULO III. PERSPECTIVA HISTÓRICA DO DIREITO PENAL

CAPÍTULO I. OS TEMPOS PRIMITIVOS	213
1. A história da pena é a história da humanidade	213
2. Origens místicas e religiosas	213
3. A perda da paz e a vingança de sangue	213
4. Um direito penal do terror e do martírio	214
5. A evolução das penas primitivas	214
6. O talião.....	215
7. A composição	215
8. A pena pública	215
CAPÍTULO II. OS SISTEMAS ANTIGOS.....	217
SEÇÃO I. O DIREITO PENAL DO ANTIGO ORIENTE.....	217
9. Noções gerais	217
10. China.....	217
11. Pérsia.....	218
12. Assíria.....	219
13. Japão.....	219
14. Índia.....	219
15. Egito.....	220
16. Israel.....	220
SEÇÃO II. O DIREITO PENAL GRECO-ROMANO.....	221
17. Noções gerais	221
18. O Direito Penal grego.....	221
19. Fundamentos e fins da pena	222
20. O Direito Penal romano	223
SEÇÃO III. O DIREITO PENAL GERMÂNICO	224
21. Noções gerais	224
22. Institutos típicos	224
23. Caráter privado das infrações.....	224
SEÇÃO IV. O DIREITO PENAL CANÔNICO	225
24. Noções gerais	225
25. O instrumento espiritual de castigo.....	226
26. Aspectos relevantes quanto ao delito e à pena.....	226
27. Institutos da teoria do crime.....	227
CAPÍTULO III. O DIREITO PENAL COMUM AOS PAÍSES EUROPEUS.....	228
28. O Direito Penal na Idade Média	228
29. Os glosadores e os práticos	228
30. Constituição Criminal Carolina.....	229
31. A legislação espanhola	229
32. As Ordenações de Portugal	230
33. Demais textos relevantes.....	231

CAPÍTULO IV. AS REFORMAS DO ILUMINISMO	233
34. Tendências humanitárias.....	233
35. Os filósofos e a justiça penal	233
36. A obra de Beccaria	234
37. A obra de John Howard.....	235
38. Marat e o seu projeto de legislação criminal.....	236
39. O direito penal revolucionário	236
CAPÍTULO V. OS CÓDIGOS PENAIS DO SÉCULO XIX	238
40. O sistema das codificações.....	238
41. Os grandes modelos europeus	238
42. O Código Criminal do Império brasileiro.....	239
CAPÍTULO VI. AS ESCOLAS PENAIS.....	240
43. Noções gerais	240
SEÇÃO I. A ESCOLA CLÁSSICA	241
44. Características	241
45. Principais representantes	241
46. Orientações fundamentais.....	243
SEÇÃO II. A ESCOLA POSITIVA.....	243
47. Características	243
48. Principais representantes	244
49. Orientações fundamentais.....	246
SEÇÃO III. OS MOVIMENTOS ECLÉTICOS.....	247
50. A Terceira Escola	247
51. A Escola de Política Criminal.....	247
SEÇÃO IV. A ESCOLA TÉCNICO-JURÍDICA	248
52. Características	248
53. Principais representantes	249
54. Orientações fundamentais.....	250
CAPÍTULO VII. OS CÓDIGOS PENAIS DO SÉCULO XX	251
55. Características	251
56. Itália	251
57. França	252
58. Alemanha	253
59. Espanha.....	253
60. Rússia	254
61. Portugal.....	255
62. Códigos latino-americanos.....	256
CAPÍTULO VIII. TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS	257
63. O tempo dos microssistemas.....	257
64. A criminalidade organizada.....	258
65. A justiça penal universal	261

TÍTULO IV. HISTÓRIA DO DIREITO PENAL BRASILEIRO

CAPÍTULO I. INTRODUÇÃO	265
1. Os marcos e os períodos ignorados	265
2. Características essenciais de sistemas relevantes	265
A. O Direito Penal germânico	265
B. O Direito Penal visigótico.....	266
C. O Direito Penal islâmico na península ibérica.....	267
D. O Direito Penal Canônico.....	268
3. A recuperação dos fragmentos legislativos.....	269
CAPÍTULO II. O PERÍODO COLONIAL (1500-1822)	270
4. As Ordenações Afonsinas.....	270
5. As Ordenações Manuelinas	271
6. As leis extravagantes	271
7. As Ordenações Filipinas.....	271
8. As tendências de reforma	273
CAPÍTULO III. O PERÍODO IMPERIAL (1822-1889)	274
9. A nova ordem jurídica.....	274
10. A legislação do Regente D. Pedro I (1821-1822)	274
11. As Bases da Constituição portuguesa.....	274
12. Princípios para a nova legislação criminal	275
SEÇÃO ÚNICA. O CÓDIGO CRIMINAL DO IMPÉRIO (1830)	277
13. Os projetos Vasconcellos e Clemente Pereira.....	277
14. A Comissão Mista.....	278
15. A aprovação do projeto definitivo	278
16. Um novo tempo para a teoria e a prática	279
17. Fontes de inspiração e reflexão	279
18. O elenco geral das penas	280
CAPÍTULO IV. OS PERÍODOS REPUBLICANOS.....	282
SEÇÃO I. A PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1930).....	282
19. O Código Penal de 1890	282
20. O elenco geral das penas	283
21. A influência da Escola Positiva	284
22. Os projetos de reforma.....	284
SEÇÃO II. A SEGUNDA REPÚBLICA (1930-1937)	285
23. A Consolidação das Leis Penais	285
24. A Constituição de 1934.....	285
25. O Projeto de 1935	286
SEÇÃO III. A TERCEIRA REPÚBLICA (1937-1945).....	287
26. O golpe de Estado	287
27. O Anteprojeto Alcântara Machado.....	288
28. O Código Penal de 1940	289

29. O elenco geral das penas.....	290
30. O elenco geral das medidas de segurança.....	291
CAPÍTULO V. AS REFORMAS DO CP DE 1940.....	293
SEÇÃO I. A REFORMA EM DISPOSITIVOS ISOLADOS (DOS ANOS 40 A 60).....	293
31. Esclarecimento prévio.....	293
32. Proibição do <i>sursis</i> para estrangeiros.....	293
33. Vigilância do liberado condicional.....	293
34. Ampliação das hipóteses de reabilitação.....	293
SEÇÃO II. A PROPOSTA DE REFORMA GLOBAL.....	294
35. O Anteprojeto Hungria.....	294
36. O Código Penal de 1969.....	295
37. A reforma do CP de 1969 (Lei 6.016, de 31.12.1973).....	298
SEÇÃO III. A REFORMA SETORIAL.....	299
SUBSEÇÃO ÚNICA. A LEI 6.416, DE 24.05.1977.....	299
38. As penas privativas de liberdade.....	299
39. A pena de multa.....	300
40. A reincidência.....	300
41. A suspensão condicional da pena.....	301
42. O livramento condicional.....	301
43. As penas acessórias.....	302
44. A verificação de periculosidade.....	302
45. A presunção de periculosidade.....	303
46. Extinção da punibilidade (casamento da ofendida com terceiro).....	303
47. A prescrição.....	304
48. Nova hipótese de perdão judicial.....	304
SEÇÃO IV. A REFORMA DA PARTE GERAL.....	304
49. As Leis 7.209 e 7.210, de 11.07.1984.....	304
50. A Lei 9.714, de 25.11.1998.....	306
SEÇÃO V. A REFORMA PONTUAL DA PARTE GERAL.....	306
51. Noções gerais.....	306
52. Dispositivos modificados.....	307
TÍTULO V. A LEI PENAL	
CAPÍTULO I. INTRODUÇÃO.....	309
1. Lei ou norma penal?.....	309
2. Conceitos.....	309
A. Lei.....	309
B. Norma.....	309
3. Classificação das normas.....	310
4. Conteúdo.....	310
A. Preceito.....	310

B. Sanção.....	311
5. Destinatários	311
SEÇÃO I. LEIS PENAIS COMPLETAS.....	312
6. Noções gerais	312
7. Exemplos.....	312
SEÇÃO II. LEIS PENAIS INCOMPLETAS.....	312
8. Noções gerais	312
9. Exemplos.....	312
SEÇÃO III. LEIS PENAIS EM BRANCO.....	313
10. Noções gerais	313
11. Leis penais em branco e tipos penais abertos.....	314
SEÇÃO IV. LEIS PENAIS DE CONTEÚDO MISTO	315
12. Noções gerais	315
13. Exemplos e efeitos jurídicos	315
CAPÍTULO II. FONTES DO DIREITO PENAL	317
14. Conceito de fonte.....	317
15. Fontes materiais	317
16. Fontes formais.....	317
17. A lei escrita como única fonte do Direito Penal.....	317
18. Outros diplomas normativos.....	318
A. Medida Provisória.....	318
B. Lei Delegada	319
C. Decreto-legislativo	319
D. Resolução.....	320
SEÇÃO I. O COSTUME	320
19. Conceito	320
20. Funções	320
21. Proibição em matéria penal.....	321
22. Admissão em matéria penal	321
SEÇÃO II. A ANALOGIA	322
23. Conceito.....	322
A. <i>Analogia legis</i>	322
B. <i>Analogia iuris</i>	322
24. Função	322
25. Proibição em matéria penal.....	323
26. Admissão em matéria penal	323
SEÇÃO III. OS PRINCÍPIOS GERAIS DE DIREITO	324
27. Conceito.....	324
28. Função	324
29. Proibição em matéria penal.....	324
30. Admissão em matéria penal	324

SEÇÃO IV. A JURISPRUDÊNCIA.....	325
31. A missão criadora da jurisprudência.....	325
32. Função	326
33. O papel do juiz.....	327
34. Proibição em matéria penal.....	327
35. Admissão em matéria penal	327
36. A retroatividade da jurisprudência mais favorável.....	328
CAPÍTULO III. NASCIMENTO E EFICÁCIA DA LEI PENAL.....	329
SEÇÃO I. ETAPAS DO PROCESSO LEGISLATIVO	329
37. Noções gerais	329
38. Anteprojeto de lei.....	329
39. Projeto de lei	329
40. Veto	330
41. Sanção	330
42. Promulgação.....	330
SEÇÃO II. A PUBLICAÇÃO DA LEI.....	331
43. Noções gerais	331
44. Órgãos de publicação	332
45. Republicação	332
A. Incorreção.....	332
B. Retificação	332
CAPÍTULO IV. O CONHECIMENTO DA LEI PENAL.....	333
46. O conhecimento presumido.....	333
47. O conhecimento potencial	333
48. O conhecimento real.....	334
CAPÍTULO V. A VIGÊNCIA DA LEI PENAL.....	335
49. <i>Vacatio legis</i>	335
50. Começo de vigência	335
51. Período de vigência	336
52. Irretroatividade e retroatividade da lei.....	336
A. Irretroatividade da lei mais grave	336
B. Retroatividade da lei mais favorável.....	336
53. Ultratividade da lei mais favorável.....	336
SEÇÃO ÚNICA. LEI EXCEPCIONAL OU TEMPORÁRIA	336
54. Conceito.....	336
55. Exemplos.....	337
56. Necessidade ou conveniência.....	337
57. Caráter ultrativo da lei excepcional ou temporária.....	338
CAPÍTULO VI. A INTERPRETAÇÃO DA LEI PENAL	339
58. Noções gerais	339
59. Necessidade da interpretação.....	339

60.	Interpretação e integração	340
61.	A interpretação por analogia	340
62.	Interpretação e o princípio <i>in dubio pro reo</i>	341
SEÇÃO I.	MEIOS DE INTERPRETAÇÃO	342
63.	A Exposição de Motivos	342
64.	A Lei de Introdução	343
65.	A rubrica	343
SEÇÃO II.	ELEMENTOS DE INTERPRETAÇÃO	343
66.	Noções gerais	343
67.	O elemento gramatical	344
68.	O elemento lógico	344
69.	O elemento histórico	344
70.	O elemento sociológico	345
71.	O elemento teleológico	346
72.	O elemento comparativo	346
SEÇÃO III.	PODERES, ÓRGÃOS E SUJEITOS DE INTERPRETAÇÃO	347
73.	Poder Legislativo	347
74.	Poder Executivo	347
	A. Decreto	347
	B. Regulamento e outros atos normativos	348
75.	Poder Judiciário	348
	A. Órgãos	348
	B. Sentença	348
	C. Decisão interlocutória	349
	D. Acórdão	349
	E. Súmula	349
76.	Ministério Público e Advocacia	349
77.	Juristas	350
SEÇÃO IV.	ESPÉCIES DE INTERPRETAÇÃO	350
78.	Interpretação autêntica	350
	A. Interpretação autêntica contextual	351
	B. Interpretação autêntica posterior	351
79.	Interpretação doutrinal	352
80.	Interpretação judicial	352
SEÇÃO V.	RESULTADOS DA INTERPRETAÇÃO	352
81.	Noções gerais	352
82.	Interpretação declaratória	352
83.	Interpretação restritiva	353
84.	Interpretação extensiva	353
CAPÍTULO VII.	A APLICAÇÃO DA LEI PENAL	355
85.	Noções gerais	355
86.	Irretroatividade da lei mais grave	355

87.	Retroatividade da lei mais favorável.....	356
88.	Retroatividade da lei de conteúdo penal e processual penal.....	356
89.	Ultratividade da lei mais favorável.....	357
90.	Competência jurisdicional para aplicação da lei mais favorável.....	357
SEÇÃO I. A LEI PENAL NO TEMPO		358
91.	Noções gerais	358
92.	O tempo do crime	358
93.	Crimes à distância.....	359
§ 1.º HIPÓTESES DE CONFLITO NA SUCESSÃO DE LEIS PENAIS.....		359
94.	Noções gerais	359
95.	A lei nova descriminaliza ou isenta de pena	359
96.	A lei nova criminaliza fatos anteriormente impuníveis	360
97.	A lei nova agrava a situação do agente.....	360
98.	A lei nova beneficia a situação do agente.....	361
	A. O problema da <i>vacatio legis</i>	362
	B. Propostas de solução	362
§ 2.º A INCIDÊNCIA DA LEI INTERMEDIÁRIA.....		363
99.	Conceito e funções.....	363
§ 3.º A APURAÇÃO DE MAIOR BENIGNIDADE		363
100.	Noções gerais	363
	A. Exemplos da doutrina	363
	B. Exemplos da jurisprudência.....	364
101.	O mito da “terceira lei”	365
102.	A combinação de leis sucessivas	366
	A. A doutrina.....	367
	B. A jurisprudência.....	368
	C. O endereço da solução.....	370
SEÇÃO II. A LEI PENAL NO ESPAÇO		371
103.	Noções gerais	371
104.	O lugar do crime	372
§ 1.º PRINCÍPIOS APLICÁVEIS.....		372
105.	Territorialidade.....	372
	A. Compreensão do princípio	372
	B. Conceito de território	372
106.	Extraterritorialidade.....	373
	A. Compreensão do princípio	373
	B. Princípio da nacionalidade (personalidade).....	373
	C. Princípio da defesa	374
	D. Princípio da representação	374
	E. Princípio da justiça penal universal	375
	F. Princípios adotados pelo CP.....	375

§ 2.º A EXTRADIÇÃO	376
107. Conceito	376
108. Legislação reguladora	376
109. Requisitos e condições	376
§ 3.º PENA CUMPRIDA NO ESTRANGEIRO	377
110. Noções gerais	377
111. Consequências	377
§ 4.º EFICÁCIA DE SENTENÇA ESTRANGEIRA	377
112. Noções gerais	377
113. Requisitos para a homologação	378
SEÇÃO III. A LEI PENAL E AS PRERROGATIVAS FUNCIONAIS	378
114. Prerrogativa ou privilégio?	378
115. Imunidades parlamentares	379
A. Imunidade absoluta	379
B. Imunidade relativa	380
C. Destinatários das imunidades	380
116. Imunidades diplomáticas	381
117. Chefe de Governo	381
118. Prerrogativas processuais	381
SEÇÃO IV. O CONCURSO APARENTE DE NORMAS PENAIS	382
119. Noções gerais	382
120. Tratamento sistemático	382
121. Precisão terminológica	382
122. Ausência de previsão legal	383
PARÁGRAFO ÚNICO. CRITÉRIOS PARA RESOLVER O CONFLITO	383
123. Critério da especialidade	383
124. Critério da consunção	383
A. Progressão criminosa	384
B. Delito progressivo	384
C. Fato anterior impunível	384
D. Fato posterior impunível	385
125. Critério da subsidiariedade	385
A. Subsidiariedade expressa	385
B. Subsidiariedade tácita	385
126. Critério da alternatividade	386
A. Tipo misto alternativo	386
B. Tipo “misto cumulativo”	386
SEÇÃO V. CONTAGEM DOS PRAZOS	386
127. Noções gerais	386
128. Contagem de dias, meses e anos	387
A. Prazos de prescrição e decadência	387
B. Prazos penais previstos em leis especiais	387

C. Inaplicabilidade das Leis 810/49 e 1.408/51.....	388
129. Frações de dia e frações de real.....	388
CAPÍTULO VIII. A REVOGAÇÃO DA LEI PENAL.....	389
130. Noções gerais	389
131. Repristinação.....	389
SEÇÃO I. ESPÉCIES DE REVOGAÇÃO	390
132. Ab-rogação	390
133. Derrogação	390
SEÇÃO II. FORMAS DE REVOGAÇÃO	390
134. Expressa	390
135. Tácita.....	391
TÍTULO VI. A CONDUTA PUNÍVEL	
CAPÍTULO I. INTRODUÇÃO	393
1. Classificação das infrações penais.....	393
2. Diferença entre crime e contravenção.....	393
3. Os vários conceitos de crime.....	394
A. Conceito analítico.....	395
B. Conceito formal.....	395
C. Conceito jurídico-legal	395
D. Conceito material	395
E. Conceito natural	396
F. Conceito radical.....	396
G. Conceito sociológico	396
4. O conceito dominante.....	396
CAPÍTULO II. A CONDUTA	398
SEÇÃO I. INTRODUÇÃO	398
5. O ilícito penal como fato humano	398
6. Momentos da conduta: o <i>iter criminis</i>	398
7. A incapacidade criminal da pessoa jurídica	398
SEÇÃO II. AÇÃO E OMISSÃO.....	401
8. Conceito de ação	401
9. Elementos da ação.....	402
10. Conceito de omissão	402
11. Elementos da omissão.....	403
12. Relevância da omissão.....	404
§ 1.º TEORIAS SOBRE A AÇÃO	404
13. Teoria causal-naturalista	404
14. Teoria sintomática	405
15. Teoria social	405
16. Teoria finalista.....	406
§ 2.º TEORIAS SOBRE A OMISSÃO.....	407

17.	Noções gerais	407
18.	Teoria normativa	408
19.	Teoria finalista	408
CAPÍTULO III. A TIPICIDADE		410
20.	Conceitos de tipo e tipicidade.....	410
21.	A tipicidade conglobante.....	410
22.	Classificação dos tipos	411
A.	Tipos penais fechados.....	411
B.	Tipos penais abertos	412
C.	Tipos fundamentais (básicos).....	412
D.	Tipos derivados (atenuados ou agravados)	412
SEÇÃO I. O TIPO OBJETIVO		412
23.	Elementos descritivos	412
24.	Elementos normativos.....	412
A.	Erro de tipo.....	413
25.	Elementos subjetivos.....	414
SEÇÃO II. O TIPO SUBJETIVO		415
26.	O dolo	415
27.	O consentimento como requisito do dolo eventual	415
28.	Os limites entre a culpa consciente e o dolo eventual	416
29.	O reconhecimento do dolo eventual por mera presunção	416
30.	Precedentes paradigmáticos	417
31.	O fetiche do dolo eventual	418
32.	É urgente uma nova definição legal do dolo eventual	419
33.	Uma proposta para redefinir o dolo eventual.....	420
34.	A culpa	420
A.	Culpa inconsciente.....	421
B.	Culpa consciente	421
35.	A preterintencionalidade.....	421
CAPÍTULO IV. A RELAÇÃO DE CAUSALIDADE FÍSICA		423
36.	Noções gerais	423
37.	Causa.....	423
38.	Condição	423
39.	Concausa.....	424
40.	Teorias sobre a relação de causalidade física	425
A.	Noções gerais.....	425
B.	Teoria da totalidade das condições	425
C.	Teoria da equivalência dos antecedentes (<i>conditio sine qua non</i>).....	426
D.	Teoria da causalidade adequada.....	426
E.	Teoria da predominância	427
F.	Teoria da relevância jurídica	427
G.	A doutrina da imputação objetiva	427

H. Causalidade e imputação objetiva	428
41. Causas independentes	429
A. Causa absolutamente independente	429
B. Causa relativamente independente	430
42. Resultado (evento)	430
43. O dano ou o perigo de dano	431
§ 1.º DANO (LESÃO)	431
44. Conceito	431
45. Espécies	431
A. Dano efetivo	431
B. Dano potencial	431
§ 2.º PERIGO	432
46. Conceito	432
47. Espécies	432
A. Perigo efetivo	432
B. Perigo presumido	432
C. Perigo abstrato	433
CAPÍTULO V. CONSUMAÇÃO E TENTATIVA	434
SEÇÃO I. O ITINERÁRIO DO CRIME DOLOSO	434
48. Noções gerais	434
49. A cogitação	434
50. Os atos preparatórios	434
51. O início de execução	435
52. A consumação	435
SEÇÃO II. O CRIME CONSUMADO	436
53. Conceito	436
54. Elementos	436
55. Momento da consumação	436
56. O crime exaurido	436
SEÇÃO III. O CRIME TENTADO	437
57. Conceito	437
58. Elementos	437
59. Punibilidade	437
60. Crimes que não admitem a tentativa	438
61. O crime impossível	438
A. Meio absolutamente inidôneo	439
B. Objeto absolutamente impróprio	440
SEÇÃO IV. A DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA	440
62. Conceito	440
63. Voluntariedade	440
64. Natureza jurídica	441

SEÇÃO V. O ARREPENDIMENTO EFICAZ	441
65. Conceito	441
66. Voluntariedade	442
67. Arrependimento posterior	442
CAPÍTULO VI. A ILICITUDE	443
68. Precisão terminológica	443
69. Concepção unitária de ilicitude	443
70. Ilicitude penal e ilicitude extrapenal	443
71. Conceito	444
72. Elementos	444
73. Causas de exclusão de ilicitude	444
CAPÍTULO VII. A CULPABILIDADE	445
Seção i. Noções introdutórias	445
74. Conceito formal da culpabilidade	445
75. Conceito material de culpabilidade	445
76. Posição sistemática da culpabilidade	445
77. Uma valiosa opinião doutrinária	447
78. Uma opinião crítica	448
79. Minhas observações	449
80. A consideração do elemento histórico	450
81. Alguns exemplos no Código Penal	452
SEÇÃO. II A CULPABILIDADE COMO ELEMENTO DA PENA	452
82. Noção prévia	452
83. A culpabilidade como fundamento da pena	452
84. A culpabilidade como base para a escolha da pena	453
85. A culpabilidade como base para fixar os limites da pena	453
86. A culpabilidade como base para fixar o regime inicial do cumprimento da pena privativa de liberdade	453
87. A culpabilidade como base para a substituição de pena	454
SEÇÃO III. AS TEORIAS SOBRE A CULPABILIDADE	454
88. A culpabilidade pelo caráter	454
89. A culpabilidade pela formação da personalidade	455
A. Noções gerais	455
B. O criminoso por tendência	455
90. A culpabilidade pela conduta de vida	456
A. Noções gerais	456
B. O criminoso habitual	457
91. A culpabilidade em função da conduta típica	457
SEÇÃO IV. CONCEPÇÕES SOBRE A CULPABILIDADE	457
92. Concepção psicológica	457
93. Concepção normativa	458
94. Concepção psicológico-normativa	459

95. A concepção adotada pelo CP e o erro de proibição	459
SEÇÃO V. PRESSUPOSTOS DA CULPABILIDADE	461
96. A imputabilidade.....	461
97. A consciência da ilicitude	461
A. Noções gerais.....	461
B. Consciência potencial.....	462
C. Consciência real.....	462
D. A <i>actio libera in causa</i>	462
98. A exigibilidade de conduta diversa	463
SEÇÃO VI. ALGUMAS QUESTÕES E CONSIDERAÇÕES PONTUAIS.....	464
99. A culpabilidade na antevisão do chamado “homem médio”.....	464
100. A delegação do poder personalíssimo da jurisdição	465
101. A reprovabilidade nos casos de tipos penais abertos	465
102. O “sequestro” da liberdade de convicção judicial.....	466
103. Os exames de saúde física e mental e o psicotécnico.....	467
104. O princípio da boa-fé e <i>pro homine</i>	468
105. A submissão do juiz à Constituição	469
CAPÍTULO VIII. A AUTORIA	471
106. Conceito de autor.....	471
A. Autoria imediata.....	471
B. Autoria mediata	471
107. Autoria colateral.....	471
108. Autoria incerta	471
109. Autoria sucessiva.....	472
CAPÍTULO IX. O CONCURSO DE PESSOAS.....	473
110. O crime como fato individual	473
111. O crime como fato coletivo.....	473
SEÇÃO I. ESPÉCIES DE CONCURSO	473
112. O concurso eventual	473
113. O concurso necessário	473
A. Condutas paralelas	473
B. Condutas convergentes	474
C. Condutas contrapostas	474
SEÇÃO II. ELEMENTOS DO CONCURSO	474
114. Pluralidade de condutas culpáveis.....	474
115. A relação de causalidade física	474
116. A homogeneidade do elemento subjetivo	475
117. A convivência.....	475
SEÇÃO III. MOMENTOS DO CONCURSO	475
118. Durante o itinerário do crime	475
119. Atividade ilícita posterior à consumação	476

120. A participação nos crimes permanentes.....	476
SEÇÃO IV. TIPOS DE CONCURSO	477
121. Noções gerais	477
§ 1.º A PARTICIPAÇÃO	477
122. Conceito de partícipe	477
123. Formas de participação	477
A. Instigação.....	477
B. Induzimento	478
C. Cumplicidade	478
124. Grau de participação.....	479
A. Participação de menor importância.....	479
B. Vontade de participar de crime menos grave.....	479
125. Inexistência de participação no fato culposo	480
126. “Participação” subjetivamente distinta	480
§ 2.º A COAUTORIA.....	480
127. Conceito.....	480
128. Crime societário.....	481
129. Formas	483
A. Coautoria eventual	483
B. Coautoria necessária.....	483
130. Crimes que não admitem a coautoria	484
131. Coautoria em crime culposo	484
SEÇÃO V. A MULTIDÃO CRIMINOSA.....	485
132. Noções gerais	485
133. O problema da punibilidade	485
CAPÍTULO X. AS MODALIDADES DE CRIMES	486
SEÇÃO I. INTRODUÇÃO	486
134. Importância da classificação.....	486
135. Critérios de classificação	486
SEÇÃO II. AS VÁRIAS MODALIDADES	486
136. Crime aberrante	486
137. Crime à distância	486
138. Crime ambiental.....	487
139. Crime acessório.....	487
140. Crime bilateral	487
141. Crime coletivo.....	487
142. Crime comissivo.....	487
143. Crime comissivo por omissão	487
144. Crime complexo.....	488
145. Crime comum	488
146. Crime conexo.....	488
147. Crime consumado	488

148. Crime continuado	488
149. Crime contra a ordem política e social	489
150. Crime contra a segurança nacional	489
151. Crime contra o ambiente	489
152. Crime contra o meio ambiente.....	489
153. Crime culposo	490
154. Crime da mesma natureza.....	490
155. Crime de circulação	490
156. Crime de concurso necessário	490
157. Crime de consumação antecipada.....	491
158. Crime de conteúdo variado.....	491
159. Crime de ensaio	491
160. Crime de forma livre	491
161. Crime de forma vinculada.....	491
162. Crime de dano.....	492
163. Crime de encontro	492
164. Crime de imprensa.....	492
165. Crime de mão própria.....	492
166. Crime de menor potencial ofensivo	492
167. Crime de ocasião.....	492
168. Crime de opinião.....	493
169. Crime de perigo	493
170. Crime de responsabilidade.....	493
171. Crime de trânsito	493
172. Crime doloso.....	493
173. Crime ecológico	494
174. Crime eleitoral	494
175. Crime especial.....	495
176. Crime exaurido	495
177. Crime formal.....	495
178. Crime funcional	496
179. Crime habitual	496
180. Crime hediondo.....	496
181. Crime impossível	497
182. Crime instantâneo.....	497
183. Crime instantâneo de efeito permanente	497
184. Crime material	497
185. Crime militar.....	498
186. Crime monossubjetivo	498
187. Crime omissivo	498
188. Crime omissivo por comissão	499
189. Crime organizado.....	499
190. Crime passional.....	499

191. Crime permanente	500
192. Crime pluriofensivo	500
193. Crime plurissubjetivo.....	500
194. Crime plurissubsistente	500
195. Crime político	500
196. Crime por tendência	501
197. Crime preterdoloso	501
198. Crime preterintencional.....	501
199. Crime principal	501
200. Crime privilegiado	501
201. Crime progressivo	502
202. Crime próprio	502
203. Crime putativo	502
204. Crime qualificado.....	502
205. Crime qualificado pelo resultado	502
206. Crime simples	503
207. Crime social	503
208. Crime societário	503
209. Crime tentado	503
210. Crime unilateral.....	503
211. Crime unissubsistente.....	503
212. Infração penal de menor potencial ofensivo	503

TÍTULO VII. A EXCLUSÃO DE ILICITUDE

CAPÍTULO I. INTRODUÇÃO	505
1. Ilicitude ou antijuridicidade?	505
2. Cláusulas de garantia social e individual	505
3. Discriminantes putativas	505
4. O elemento subjetivo nas causas de exclusão de ilicitude	506
CAPÍTULO II. CAUSAS LEGAIS DE JUSTIFICAÇÃO	510
5. Noções gerais	510
SEÇÃO I. O ESTADO DE NECESSIDADE.....	510
6. Conceito	510
7. Requisitos.....	510
A. A situação de perigo	510
B. A atualidade do perigo.....	511
C. A involuntariedade na provocação do perigo.....	511
D. A inevitabilidade da situação de perigo	511
E. A defesa de um direito	511
F. Balanceamento dos bens em conflito.....	512
G. Colisão de deveres	512
H. A inexigibilidade do sacrifício	512
I. Hipóteses correntes	512

J. Concurso de pessoas	513
K. Estado de necessidade putativo	513
8. A teoria diferenciadora	513
9. Estados de necessidade defensivo e agressivo	514
10. O dever de enfrentar o perigo	514
11. Estado de necessidade no Direito Civil	514
SEÇÃO II. A LEGÍTIMA DEFESA	515
12. Conceito	515
13. Requisitos	515
A. Uma agressão injusta	515
B. Atualidade ou iminência da agressão	515
C. Defesa de um direito	515
D. Meios necessários para a reação	515
E. Uso moderado dos meios	516
14. A controvérsia sobre a ausência de provocação do ofendido	516
15. A chamada legítima defesa putativa	516
16. A legítima defesa no Direito Civil	516
SEÇÃO III. O ESTRITO CUMPRIMENTO DO DEVER LEGAL	516
17. Conceito	516
18. Requisitos	517
19. O abuso de autoridade	517
20. O descumprimento de ordem ilegal	518
SEÇÃO IV. O EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO	518
21. Conceito	518
22. Requisitos	518
23. O exercício regular de direito no Direito Civil	518
SEÇÃO V. O CUMPRIMENTO DE UM MANDATO	519
24. Noções gerais	519
25. A imunidade parlamentar	519
26. A imunidade profissional	520
CAPÍTULO III. O EXCESSO NAS CAUSAS DE JUSTIFICAÇÃO	522
27. Noções gerais	522
28. O excesso doloso	522
29. O excesso culposo	522
30. Impunidade do excesso	523
CAPÍTULO IV. A JUSTIFICAÇÃO NOS TIPOS CULPOSOS	524
31. Noções gerais	524
32. A legítima defesa	524
33. O estado de necessidade	524
34. O consentimento do ofendido	524
CAPÍTULO V. CAUSAS SUPRALEGAIS DE JUSTIFICAÇÃO	526
35. Noções gerais	526

36. O consentimento do ofendido	526
37. O risco permitido	527
38. As normas de cultura	528
TÍTULO VIII. A ISENÇÃO DE PENA	
CAPÍTULO I. INTRODUÇÃO	529
1. Noções gerais	529
2. Exclusão de culpabilidade e isenção de pena.....	530
3. Escusa absolutória.....	530
CAPÍTULO II. A INIMPUTABILIDADE.....	531
4. Noções gerais	531
A. O critério biológico	531
B. O critério psicológico	531
C. O critério biopsicológico	532
SEÇÃO I. MENORIDADE.....	532
5. A garantia constitucional	532
6. As garantias legais	533
A. O Código Penal	533
B. O Código de Processo Penal.....	533
C. O Estatuto da Criança e do Adolescente	533
7. Presunção absoluta de inimputabilidade	533
8. Causas de exclusão da ilicitude.....	534
9. “Ato infracional” ou <i>infração penal</i> ?	534
10. Medidas aplicáveis às crianças	535
11. Medidas aplicáveis aos adolescentes	536
12. Um direito de proteção do menor	536
SEÇÃO II. DOENÇA MENTAL OU DESENVOLVIMENTO INCOMPLETO OU RETARDADO	537
13. Conceito amplo.....	537
14. Os chamados “loucos de todo gênero”	538
15. A privação dos sentidos e da inteligência	538
16. A perturbação dos sentidos e da inteligência	539
17. A grave alteração de consciência.....	539
18. O conceito restrito	539
19. O sistema vigente	540
A. A emoção	540
B. A paixão.....	540
CAPÍTULO III. A IMPUTABILIDADE DIMINUÍDA	541
20. A semi-imputabilidade	541
21. A surdo-mudez.....	541
22. A epilepsia	542
23. O indígena.....	542
CAPÍTULO IV. A EMBRIAGUEZ	545

24. Conceito	545
§ 1.º TIPOS DE EMBRIAGUEZ	545
25. Embriaguez preordenada	545
26. Embriaguez voluntária	545
27. Embriaguez culposa	546
28. Embriaguez proveniente de caso fortuito	546
29. Embriaguez proveniente de força maior	546
30. Outras modalidades	546
31. A embriaguez ao volante	546
§ 2.º A EMBRIAGUEZ E A CULPABILIDADE	547
32. A regra geral	547
§ 3.º HIPÓTESES DE EXCLUSÃO DA CULPABILIDADE	547
33. Caso fortuito e força maior	547
CAPÍTULO V. INEXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA	548
34. Noções gerais	548
35. Hipóteses legais	548
A. A coação moral irresistível	549
B. O estado de necessidade exculpante	549
C. A obediência hierárquica	549
36. Causas supralegais	550
A. A cláusula de consciência	550
B. A provocação da situação da legítima defesa	551
C. A desobediência civil	551
D. O conflito de deveres	552
TÍTULO IX. VISÃO GERAL DA PENA	
CAPÍTULO I. INTRODUÇÃO	553
1. Conceito	553
2. Fundamento	553
3. Fins	553
A. Prevenção geral	554
B. Prevenção especial	554
4. A pena como processo de diálogo	554
5. A incapacidade penal da pessoa jurídica	555
SEÇÃO ÚNICA. ETAPAS DO DINAMISMO PENAL	557
6. Cominação	557
7. Aplicação	558
8. Execução	558
CAPÍTULO II. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS	559
9. Noções gerais	559
10. O princípio de humanidade	559
A. Direitos Humanos	560

	B. Uma Teoria Geral dos Direitos Humanos	561
11.	O princípio da anterioridade da lei penal	562
12.	O princípio da personalidade	562
13.	O princípio da individualização	562
14.	O princípio da proporcionalidade	563
15.	O princípio da necessidade	564
16.	O princípio da suficiência	564
17.	O princípio da utilidade	564
CAPÍTULO III. CLASSIFICAÇÃO DAS PENAS		566
18.	Antiga classificação	566
19.	Penas institucionais e penas alternativas	567
20.	Penas alternativas e penas restritivas de direitos.....	567
21.	A revolução das penas alternativas.....	567
22.	Espécies de penas alternativas.....	569
CAPÍTULO IV. PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE		571
23.	Noções gerais	571
24.	Tendências de unificação.....	571
	A. Movimentos internacionais	572
	B. Propostas nacionais	572
25.	A manutenção do sistema dualista.....	572
SEÇÃO ÚNICA. ESPÉCIES DE PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE.....		573
26.	Reclusão	573
	A. Conceito	573
	B. Características	573
27.	Detenção	573
	A. Conceito	573
	B. Características	573
28.	Prisão simples	574
	A. Conceito	574
	B. Características	574
CAPÍTULO V. PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS.....		575
29.	Noções gerais	575
30.	Conceito.....	575
31.	Introdução legislativa.....	575
32.	O regime anterior.....	576
33.	Caráter exaustivo da previsão	576
34.	Autonomia	577
35.	Função substitutiva e contradição legislativa	577
36.	Condições de aplicação	578
	A. O problema da reincidência.....	578
	B. A concessão do benefício ao reincidente.....	579
	C. A concessão do benefício nos crimes de violência e ameaça.....	579

37.	Conversão	580
	A. Conceito	580
	B. Hipóteses	580
	B.1. Descumprimento da restrição	580
	B.2. Condenação à pena privativa de liberdade	581
38.	Detração	581
SEÇÃO I. ESPÉCIES DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS		582
39.	Prestação pecuniária.....	582
	A. Noções gerais.....	582
	B. Conceito	582
	C. Prestação pecuniária e multa reparatória	583
	D. Multa reparatória e multa penitenciária	583
	E. Limites.....	583
40.	Perda de bens e valores	584
	A. Noções gerais.....	584
	B. Conceito	584
	C. Perda de bens e valores e o confisco.....	584
	D. A constitucionalidade da previsão.....	585
	E. Caráter compensatório	585
	F. Limites.....	586
	G. O Fundo Penitenciário Nacional	586
41.	Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas.....	586
	A. Conceito	586
	B. Aplicação	587
	C. A experiência estrangeira	587
	D. A experiência brasileira	588
	E. Duração	590
	F. O sentido utilitário da pena: um exemplo notável	590
42.	Interdição temporária de direitos.....	591
	A. Conceito	591
	B. Espécies	592
	B.1. Proibição do exercício de cargo, função ou atividade pública, bem como de mandato eletivo (CP, art. 47, I).....	592
	B.2. Proibição do exercício de profissão, atividade ou ofício que dependam de habilitação especial, de licença ou autorização do poder público (CP, art. 47, II)	592
	B.3. Suspensão de autorização ou de habilitação para dirigir veículo (CP, art. 47, III)	593
	B.4. Proibição de frequentar determinados lugares (CP, art. 47, IV).....	593
	B.5. Proibição de inscrever-se em concurso, avaliação ou exames públicos (CP, art. 47, V).....	594
	C. Duração	595
43.	Limitação de fim de semana.....	595
	A. Conceito	595

B. Duração	596
44. Recolhimento domiciliar	596
A. Conceito	596
B. Duração	596
C. A ineficácia dessa pena	596
SEÇÃO II. AVALIAÇÃO CRÍTICA	597
45. Uma visão positiva	597
46. Uma visão cética	597
CAPÍTULO VI. PENAS PECUNIÁRIAS	600
47. Noções gerais	600
48. Conceito de multa	601
49. Características	601
50. A multa penitenciária	601
51. A multa reparatória	602
CAPÍTULO VII. MEDIDAS CAUTELARES COM EFEITOS PENAIS	604
52. Noções gerais	604
53. Medidas cautelares e meios de prova	604
54. Classificação	604
§ 1.º MEDIDAS PESSOAIS	605
55. A prisão provisória	605
A. A prisão em flagrante	605
B. A prisão temporária	606
C. A prisão preventiva	606
D. A prisão domiciliar	607
E. A prisão após a pronúncia	607
F. A prisão para apelar	608
56. Medidas cautelares pessoais diversas da prisão	608
§ 2.º MEDIDAS PATRIMONIAIS	609
57. A busca e apreensão	609
58. O arresto	609
59. A hipoteca legal	610
60. A indisponibilidade de bens	610
§ 3.º MEDIDAS DE NATUREZA MISTA	610
61. Afastamento do cargo ou emprego	610
62. Suspensão da permissão ou da habilitação para dirigir	611
§ 4.º MEDIDAS DE <i>LEGE FERENDA</i>	611
63. Anteprojeto de reforma setorial do CPP	611
64. O Projeto 156, de 2009	611
TÍTULO X. A COMINAÇÃO DA PENA	
CAPÍTULO I. A PREVISÃO CONSTITUCIONAL	615
1. Noções gerais	615

2.	Elenco não exaustivo	615
SEÇÃO I.	PENAS ADMITIDAS	616
3.	A privação da liberdade.....	616
4.	A restrição da liberdade.....	616
5.	A prestação pecuniária	617
6.	A perda de bens.....	617
7.	A multa penitenciária.....	617
8.	A multa reparatória	618
9.	A prestação social alternativa.....	619
10.	A suspensão de direitos.....	619
11.	As interdições de direitos	620
SEÇÃO II.	PENAS PROIBIDAS	620
12.	Morte.....	620
13.	De caráter perpétuo.....	621
14.	Trabalhos forçados	622
15.	Banimento	622
16.	Degredo.....	623
17.	Desterro.....	623
18.	Exílio.....	623
19.	Cruéis.....	623
SEÇÃO III.	PENAS TOLERADAS	624
20.	Sanções penais indígenas	624
CAPÍTULO II.	A PREVISÃO LEGAL	627
21.	Noções gerais	627
SEÇÃO I.	CÓDIGO PENAL.....	627
22.	Penas privativas de liberdade	627
23.	Penas restritivas de direitos.....	627
24.	Penas de interdição pela violação do dever.....	628
25.	Pena de multa.....	629
SEÇÃO II.	LEI DAS CONTRAVENÇÕES PENAIS	630
26.	Prisão simples	630
27.	Multa	630
28.	Extinção das penas acessórias.....	630
SEÇÃO III.	OUTRAS LEIS ESPECIAIS	630
29.	Noções gerais	630
30.	Crimes de responsabilidade (I).....	630
31.	Crimes de responsabilidade (II).....	631
32.	Crimes de responsabilidade (III)	631
33.	Crimes de responsabilidade (IV).....	631
34.	Crimes de violação de telecomunicação	632
35.	Crimes militares	632
36.	Crimes de sonegação fiscal.....	632

37. Crimes eleitorais	632
38. Crimes de imprensa	633
39. Sanções penais da cultura indígena.....	633
40. Crimes políticos	634
41. Crimes relacionados à criança e ao adolescente.....	634
42. Crimes contra o consumidor	634
43. Crimes relacionados à improbidade administrativa.....	635
44. Crimes de trânsito.....	635
45. Crimes contra o meio ambiente.....	636
46. Crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher.....	637
47. Crimes relacionados a drogas.....	637
TÍTULO XI. A APLICAÇÃO DA PENA	
CAPÍTULO I. INTRODUÇÃO	639
1. A importância da atividade judicial	639
2. A aplicação da pena e o devido processo legal.....	639
3. A aplicação da pena no processo litigioso.....	639
4. A aplicação da pena no procedimento consensual.....	640
5. A discussão sobre a constitucionalidade dessa operação	640
CAPÍTULO II. A MEDIDA CONCRETA DA PENA.....	642
6. Necessidade e suficiência da pena.....	642
7. A fundamentação da medida da pena	642
8. A individualização da pena	642
SEÇÃO I. A INDIVIDUALIZAÇÃO LEGAL	642
9. Noções gerais	642
10. Concurso de circunstâncias	643
SEÇÃO II. A INDIVIDUALIZAÇÃO JUDICIAL.....	643
11. Noções gerais	643
12. O estabelecimento da pena-base	643
13. Os limites do tipo fundamental.....	644
§ 1.º FIXAÇÃO ABAIXO DO LIMITE MÍNIMO.....	644
14. Impossibilidade	644
15. Possibilidade	646
§ 2.º FIXAÇÃO ACIMA DO LIMITE MÁXIMO	646
16. Impossibilidade.....	646
17. Possibilidade	646
CAPÍTULO III. CIRCUNSTÂNCIAS MODIFICADORAS DA PENA.....	648
18. Noções gerais	648
SEÇÃO I. CIRCUNSTÂNCIAS AGRAVANTES	648
19. “Non bis in idem”	648
§ 1.º CIRCUNSTÂNCIAS CONSTITUTIVAS DO CRIME.....	648
20. Conceito.....	648

21. Espécies.....	649
§ 2.º CIRCUNSTÂNCIAS QUALIFICADORAS DO CRIME	649
22. Conceito	649
23. Espécies.....	649
§ 3.º CARACTERÍSTICAS DAS AGRAVANTES.....	650
24. Caráter exaustivo das hipóteses legais	650
25. Caráter obrigatório de aplicação	650
26. Inaplicabilidade nos crimes culposos.....	650
§ 4.º CLASSIFICAÇÃO DAS ÁGRAVANTES.....	650
27. Circunstâncias de caráter pessoal ou subjetivas.....	650
28. Circunstâncias de caráter objetivo	650
§ 5.º RELAÇÃO DAS ÁGRAVANTES	651
29. A reincidência	651
30. Efeitos da reincidência	652
31. Inconstitucionalidade da reincidência	653
32. Constitucionalidade da reincidência.....	654
33. Demais hipóteses.....	655
A. Por motivo fútil ou torpe.....	655
B. Para facilitar ou assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou a vantagem de outro crime.....	655
C. À traição, de emboscada ou mediante dissimulação, ou outro recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa do ofendido	656
D. Com emprego de veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que podia resultar perigo comum.....	656
E. Contra ascendente, descendente, irmão ou cônjuge	656
F. Com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, ou de violência contra a mulher na forma da lei específica.....	657
G. Com abuso de poder ou violação de dever inerente a cargo, ofício, ministério ou profissão.....	657
H. Contra criança, pessoa maior de 60 anos, enfermo ou mulher grávida ..	658
I. Quando o ofendido estava sob a imediata proteção da autoridade	659
J. Em ocasião de incêndio, naufrágio, inundação ou qualquer calamidade pública, ou de desgraça particular do ofendido.....	659
K. Em estado de embriaguez preordenada	660
L. Agravantes em leis especiais.....	660
§ 6.º AGRAVANTES NO CASO DE CONCURSO DE PESSOAS	660
34. Justificação	660
35. Hipóteses.....	661
A. A liderança intelectual.....	661
B. A coação e o induzimento	661
C. A instigação e a determinação	661
D. O interesse de obter vantagem	662

SEÇÃO II. CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES.....	662
36. Obrigatoriedade	662
37. Relação	662
A. A idade inferior a vinte e um anos.....	662
B. A idade superior a setenta anos.....	663
C. O desconhecimento da lei	664
D. O relevante valor social da conduta	664
E. O relevante valor moral da conduta	664
F. A tentativa de evitar ou minorar as consequências do crime.....	665
G. A reparação do dano antes do julgamento	665
H. A coação resistível	665
I. O cumprimento de ordem de autoridade superior.....	665
J. A influência de violenta emoção provocada por ato injusto da vítima....	665
K. A confissão espontânea da autoria do crime	666
L. A prática do crime sob a influência de multidão em tumulto	667
38. Atenuante de causa atípica.....	668
SEÇÃO III. CAUSAS DE ESPECIAL AUMENTO OU DIMINUIÇÃO DA PENA.....	668
39. Conceito	668
40. Exemplos.....	669
A. Causas de especial aumento de pena previstas no Código Penal	669
B. Causas de especial aumento de pena previstas em leis especiais	669
C. Causas de especial diminuição de pena previstas no Código Penal	669
D. Causas de especial diminuição de pena previstas em leis especiais	669
SEÇÃO IV. CONCURSO DE CAUSAS MODIFICADORAS DA PENA	669
41. Noções gerais	669
42. Espécies.....	670
A. Concurso de circunstâncias agravantes e atenuantes.....	670
B. Concurso de causas de especial aumento ou diminuição da pena.....	670
CAPÍTULO IV. O CONCURSO DE INFRAÇÕES	672
43. Noções gerais	672
44. Concurso de infrações e culpabilidade	672
SEÇÃO I. O CONCURSO MATERIAL	672
45. Conceito	672
46. Concurso material e reincidência.....	673
47. Aplicação cumulativa	673
SEÇÃO II. O CONCURSO FORMAL	673
48. Conceito	673
49. Concurso homogêneo e concurso heterogêneo	674
50. Concurso próprio e concurso impróprio	674
51. Punibilidade do concurso	674
SEÇÃO III. O CRIME CONTINUADO	674
52. Referência histórica.....	674

53.	Conceito	675
54.	Crimes da mesma espécie	675
55.	A caracterização pelos elementos exteriores	676
56.	O tempo decorrido entre as condutas	676
57.	Causa de especial aumento (I)	677
58.	Causa de especial aumento (II)	678
59.	Aspectos particulares quanto ao crime continuado	679
	A. Crime e contravenção	679
	B. Crimes dolosos e crimes culposos	679
	C. Crimes simples e crimes qualificados	679
	D. Formas qualificadas diversas	679
	E. Crimes consumados e crimes tentados	680
	F. Pluralidade de vítimas	680
	G. Roubos diferentes	680
	H. Roubo e furto	680
	I. Latrocínio e roubo	680
	J. Roubo e sequestro	680
	K. Roubo e extorsão	680
	L. Calúnia e difamação	681
	M. Peculato e falsidade de documento	681
	N. O elemento subjetivo	681
	O. A suspensão do processo	681
60.	Crime continuado e reiteração criminosa	681
CAPÍTULO V. O CÁLCULO DA PENA		682
61.	A operação trifásica	682
62.	A pena-base	682
63.	Frações não computáveis na pena	683
CAPÍTULO VI. APLICAÇÃO DA PENA RESTRITIVA DE DIREITOS		685
64.	Noções gerais	685
65.	Substituição	685
66.	Individualização	685
CAPÍTULO VII. APLICAÇÃO DA PENA DE MULTA		686
67.	Noções gerais	686
68.	Substituição	686
	A. Substituição simples	686
	B. Substituição cumulada	686
69.	Individualização	687
70.	Concurso de crimes	687
CAPÍTULO VIII. OS LIMITES DE APLICAÇÃO DA PENA		689
71.	Os limites das penas privativas de liberdade	689
72.	Os limites das penas restritivas de direito	689
73.	Os limites da pena de multa	689

TÍTULO XII. A EXECUÇÃO DA PENA

CAPÍTULO I. O DIREITO DE EXECUÇÃO PENAL	691
1. Conceito	691
2. Denominação da disciplina	691
3. Referência histórica	692
4. Autonomia	692
5. Natureza jurídica	692
6. Princípios fundamentais	692
7. Sujeitos passivos da execução penal	693
A. Preso provisório	693
B. Condenado	693
C. Internado	693
D. Egresso	693
8. Órgãos da execução penal	694
CAPÍTULO II. OS EFEITOS DA CONDENAÇÃO	695
9. Noções gerais	695
10. Localização sistemática do instituto	695
11. Efeitos penais	695
12. Efeitos processuais	696
13. Efeitos civis e comerciais	697
14. Efeitos administrativos	697
15. Suspensão dos direitos políticos e perda do mandato eletivo	698
16. O trânsito em julgado da condenação	700
CAPÍTULO III. EXECUÇÃO DAS PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE	701
SEÇÃO I. A INDIVIDUALIZAÇÃO EXECUTIVA	701
17. Noções gerais	701
18. A classificação dos condenados	701
19. O exame criminológico	701
SEÇÃO II. OS REGIMES DE EXECUÇÃO	702
20. Noções gerais	702
21. Conceito	702
22. Espécies	702
A. Regime comum	702
B. Regime especial para a mulher	703
C. Regime especial para o índio	703
D. Regime especial para o idoso	703
23. Forma progressiva da execução	704
A. Progressão no regime e individualização da pena	705
B. A inconstitucionalidade da regra proibitiva da progressão	705
24. Transferência, progressão, regressão e conversão	706
§ 1.º REGRAS DO REGIME FECHADO	707

25. Noções gerais	707
26. Conceito	707
27. Características	707
§ 2.º REGRAS DO REGIME SEMIABERTO	708
28. Noções gerais	708
29. Conceito	708
30. Inexistência de estabelecimento ou falta de vaga	708
§ 3.º REGRAS DO REGIME ABERTO	709
31. Noções gerais	709
32. Conceito	710
33. Inexistência de estabelecimento ou falta de vaga	710
SEÇÃO III. ESTABELECIMENTOS PENAIS	711
34. Noções gerais	711
A. Conceito	711
B. A arquitetura prisional	711
C. A histórica “falta de verbas”	712
35. Regras mínimas da arquitetura prisional	713
36. Natureza e finalidade	714
37. Espécies de estabelecimentos	714
§ 1.º A PENITENCIÁRIA	714
38. Noções gerais	714
39. Penitenciária para mulheres e para homens	714
§ 2.º A COLÔNIA AGRÍCOLA, INDUSTRIAL OU SIMILAR	715
40. Noções gerais	715
41. Características	715
§ 3.º A CASA DO ALBERGADO	715
42. Noções gerais	715
43. Características	716
§ 4.º O CENTRO DE OBSERVAÇÃO	716
44. Noções gerais	716
45. Características	716
§ 5.º O HOSPITAL DE CUSTÓDIA E TRATAMENTO PSIQUIÁTRICO	716
46. Noções gerais	716
47. Requisitos, necessidade e finalidades	717
§ 6.º A CADEIA PÚBLICA	717
48. Noções gerais	717
49. Necessidade e finalidades	717
SEÇÃO IV. OS DEVERES, OS DIREITOS E A DISCIPLINA	717
50. A especificação necessária	717
51. A assistência em geral	718
52. A assistência em especial	718

A. Assistência material	718
B. Assistência à saúde	718
C. Assistência jurídica	719
D. Assistência educacional	720
E. Assistência social	720
F. Assistência religiosa	720
G. Assistência ao egresso	721
53. O trabalho prisional	721
SEÇÃO V. SUPERVENIÊNCIA DE DOENÇA MENTAL	723
54. A solução legal	723
55. Conceito de doença mental	723
56. A hipótese da perturbação da saúde mental	723
57. Recolhimento do condenado	723
58. Recolhimento do preso provisório	723
59. Recolhimento de réu interdito	723
60. Estabelecimento adequado	724
61. Conversão da pena privativa de liberdade em medida de segurança	724
62. Duração da medida de segurança substitutiva	724
63. Suspensão da execução da multa	724
64. Suspensão da execução das penas restritivas de direitos	724
SEÇÃO VI. A EXECUÇÃO DA PENA EM MEIO LIVRE	725
65. Noções gerais	725
§ 1.º A SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA	725
66. Conceito	725
67. Natureza jurídica	725
68. Espécies	726
69. O suposto direito subjetivo	727
70. Requisitos	729
A. Situações peculiares	730
B. Crimes hediondos e indulto	730
C. Aplicação contemporânea e sucessiva	730
D. Efeitos da condenação	730
71. Condições	731
A. Período de prova	731
B. Prorrogação do período de prova	731
72. Revogação	731
73. Extinção da pena	732
§ 2.º O LIVRAMENTO CONDICIONAL	732
74. Conceito	732
75. Natureza jurídica	732
76. Espécies	732
77. O suposto direito subjetivo	733

78. Requisitos.....	733
79. Condições.....	733
80. Revogação	734
81. Extinção da pena.....	734
82. Proibição do livramento condicional.....	735
CAPÍTULO IV. A EXECUÇÃO DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS	736
83. Noções gerais	736
84. Alteração da forma de cumprimento.....	736
85. Personalidade	736
SEÇÃO I. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE OU A ENTIDADES PÚBLICAS	737
86. Natureza e alcance da restrição	737
87. Beneficiários dos serviços e controle da execução	737
88. Conversão	737
SEÇÃO II. INTERDIÇÃO TEMPORÁRIA DE DIREITOS.....	737
89. Natureza das interdições	737
90. Conversão	738
SEÇÃO III. LIMITAÇÃO DE FIM DE SEMANA.....	738
91. Controle da execução e encargos do estabelecimento	738
92. Conversão	738
CAPÍTULO V. A EXECUÇÃO DA PENA DE MULTA.....	739
93. A multa como dívida de valor.....	739
94. Legitimidade para promover a execução.....	739
95. Procedimentos alternativos de cobrança.....	741
96. Superveniência de doença mental ou perturbação da saúde mental.....	741
CAPÍTULO VI. A EXECUÇÃO NO CASO DO CONCURSO DE INFRAÇÕES	742
97. Penas privativas de liberdade	742
98. Penas restritivas de direitos.....	742
99. Penas de multa	743
CAPÍTULO VII. OS LIMITES DE EXECUÇÃO DAS PENAS	744
100. Limites das penas privativas de liberdade	744
101. Limites das penas restritivas de direitos.....	746
102. Limites da pena de multa	746
CAPÍTULO VIII. A DETRAÇÃO.....	747
103. Noções gerais	747
104. Conceito.....	747
105. Fundamento	747
106. Hipóteses em que se opera a detração.....	748
A. Prisão provisória.....	748
B. Prisão administrativa.....	748
C. Prisão por infração penal diversa	748

D. Prisão civil	749
E. Penas restritivas de direitos	749
CAPÍTULO IX. A REMIÇÃO	750
107. Noções gerais	750
108. Conceito	750
109. Efeitos quanto à pena privativa de liberdade	750
110. Efeitos quanto às penas restritivas de direitos	750
111. Natureza jurídica.....	751
112. Ausência de oferta de trabalho.....	751
113. Acidente no trabalho.....	752
114. Revogação do benefício.....	752
115. Remição e detração	752
116. Remição pelo estudo	752
TÍTULO XIII. A REABILITAÇÃO	
CAPÍTULO ÚNICO	
1. Conceito	753
2. Indicação histórica	753
3. Natureza jurídica.....	754
4. Penas atingidas pela reabilitação	755
5. Sigilo dos registros	755
6. Prescrição e reabilitação	756
7. Requisitos.....	756
8. Competência para conhecer do pedido.....	758
9. Renovação do pedido	758
10. Recurso da decisão concessiva	759
11. Recurso da decisão denegatória	759
12. Revogação	759
13. O patronato: esperança e frustração.....	760
14. O drama ambulante do egresso	761
TÍTULO XIV. VISÃO GERAL DA MEDIDA DE SEGURANÇA	
CAPÍTULO I. INTRODUÇÃO	765
1. Pena e medida de segurança	765
2. Conceito	765
3. Sistemas: duplo binário e vicariante.....	765
4. Natureza jurídica.....	766
5. Espécies.....	767
6. Destinatários	767
7. Superveniência de doença mental.....	767
CAPÍTULO II. PRINCÍPIOS DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA	769
8. O princípio da humanidade	769

9. O princípio da necessidade	769
10. O princípio da anterioridade da lei penal	769
11. O princípio da jurisdicionalidade	770
12. O princípio da personalidade.....	770
13. O princípio da retroatividade da lei	770
CAPÍTULO III. PREVISÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA	771
14. Precisão terminológica	771
15. A previsão legal das medidas.....	771
CAPÍTULO IV. APLICAÇÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA	772
16. Pressupostos legais.....	772
17. Periculosidade real	772
18. Periculosidade presumida	772
19. Aplicação provisória.....	773
20. Fundamentação da sentença	773
21. Substituição da pena por medida de segurança	774
22. Substituição de uma medida por outra	774
23. Prazo	774
CAPÍTULO V. EXECUÇÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA	777
24. Início de execução.....	777
A. Noções gerais.....	777
B. Órgãos da execução	777
25. Estabelecimento adequado.....	778
26. Custódia indevida	779
27. Desinternação condicional.....	779
28. Liberação condicional	779
29. Liberação definitiva	779
30. Prazo	780
31. Detração	780
32. Liberação ilegal	780
33. Perícia médica	780
CAPÍTULO VI. DIREITOS DO INTERNADO	781
34. A previsão dos direitos do internado	781
35. Recolhimento em local adequado	781
36. Sujeição a tratamento.....	781
37. Proteção e direitos específicos.....	782
CAPÍTULO VII. REVOGAÇÃO E EXTINÇÃO	783
38. Noções gerais	783
39. Revogação da medida de segurança	783
40. Extinção da medida de segurança.....	783
41. Extinção da punibilidade	783
42. Prescrição da medida de segurança.....	784

TÍTULO XV. A AÇÃO PENAL

CAPÍTULO I. INTRODUÇÃO	785
1. O tratamento do tema no CP	785
2. Ação penal e ação civil	786
3. Conceito de ação penal	786
4. Conceito de processo penal.....	787
5. Condições da ação penal.....	788
6. Pressupostos processuais	790
7. Condições de procedibilidade.....	791
8. “Notitia criminis”	791
9. Inquérito policial.....	791
10. Pedido de explicações	792
CAPÍTULO II. AÇÃO PENAL PÚBLICA	793
11. Titularidade.....	793
12. Denúncia.....	793
13. Ação penal pública incondicionada	793
A. Conceito	793
B. Princípios.....	794
14. Ação pública condicionada	794
A. Conceito	794
B. Representação.....	795
C. Requisição.....	795
D. Legitimação concorrente	795
15. Ação penal no crime complexo.....	796
16. O assistente do MP na ação penal	797
A. Conceito	797
B. Legitimação	797
C. A legitimação de ente público	798
D. Da ação civil resultante da condenação.....	798
17. Ação penal privada subsidiária.....	798
CAPÍTULO III. AÇÃO PENAL DE INICIATIVA PRIVADA	799
18. Conceito.....	799
19. Princípios	799
20. Titularidade.....	799
21. Queixa.....	800
22. Reconciliação	800
23. Morte ou ausência do ofendido.....	801
24. Decadência	801
A. Conceito	801
B. Contagem do prazo	801
25. Renúncia	801
A. Conceito	801

B. Espécies	801
C. Efeitos	802
26. Perdão do ofendido	802
A. Conceito	802
B. Espécies	803
C. Efeitos	803
CAPÍTULO IV. A SUSPENSÃO DO PROCESSO	804
27. Noções gerais	804
A. A suspensão do processo nas questões prejudiciais	804
B. A suspensão do processo no interesse do réu	804
28. Natureza jurídica da suspensão no interesse do réu	805
29. Tipos de suspensão no interesse do réu	806
SEÇÃO I. SUSPENSÃO DE CARÁTER GERAL	806
30. Noções gerais	806
31. Ausência	806
32. Revelia	806
33. Requisitos	807
34. Aspectos controvertidos	807
A. A suposta inconstitucionalidade da regra	807
B. Irretroatividade da lei nova	808
C. O problema do prazo da prescrição	808
SEÇÃO II. SUSPENSÃO DE CARÁTER ESPECIAL	808
35. Noções gerais	808
36. Requisitos	809
37. Condições	809
38. Pluralidade de réus	810
39. Concurso de crimes e crime continuado	810
40. Período de prova	810
41. Revogação do benefício	810
42. Continuidade do processo	810
43. A extinção da punibilidade	811
CAPÍTULO V. A DISPENSA DA AÇÃO PENAL	812
44. As infrações penais de menor potencial ofensivo	812
SEÇÃO I. SUBSTITUTIVOS PROCESSUAIS	812
45. A conciliação	812
46. A transação	813
47. A extinção da punibilidade	813
SEÇÃO II. A DESPENALIZAÇÃO JUDICIAL	814
48. As práticas de despenalização	814
CAPÍTULO VI. A REFORMA DO PROCESSO PENAL BRASILEIRO	815
49. A concepção original do CPP e o advento da CF/88	815

50. Os Projetos de Reforma.....	815
51. O Projeto de Lei do Senado 156/2009.....	816
TÍTULO XVI. A EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE	
CAPÍTULO I. A PUNIBILIDADE.....	817
1. Conceito.....	817
2. Posição sistemática.....	817
3. Punibilidade e pena.....	817
4. Condições objetivas de punibilidade.....	818
CAPÍTULO II. CAUSAS EXTINTIVAS DE PUNIBILIDADE.....	820
5. Conceito.....	820
6. Características.....	820
7. Natureza jurídica.....	820
8. Relação não exaustiva.....	821
A. No sistema do CP.....	821
B. Na legislação especial.....	821
9. Concurso de pessoas.....	821
CAPÍTULO III. ESPECIFICAÇÃO DAS CAUSAS.....	822
10. Morte do agente.....	822
11. Anistia.....	822
§ 1.º ESPÉCIES.....	823
12. Anistia própria.....	823
13. Anistia imprópria.....	823
14. Anistia plena.....	823
15. Anistia restrita.....	823
16. Anistia incondicional.....	824
17. Anistia condicional.....	824
§ 2.º PROCEDIMENTO.....	824
18. Lei de Execução Penal.....	824
19. Graça.....	824
§ 1.º ESPÉCIES.....	825
20. Graça ampla.....	825
21. Graça restrita.....	825
§ 2.º PROCEDIMENTO.....	825
22. Lei de Execução Penal.....	825
23. Indulto.....	825
§ 1.º ESPÉCIES.....	826
24. Indulto incondicional.....	826
25. Indulto condicional.....	826
§ 2.º SOMA DE PENAS.....	826
26. Delitos autônomos.....	826

§ 3.º DISPENSA DA COISA JULGADA	826
27. Concessão	826
§ 4.º PROCEDIMENTO.....	827
28. Lei de Execução Penal.....	827
29. Comutação de pena.....	827
30. Retroatividade da lei mais benéfica	827
A. Entendimento de lei mais benéfica.....	827
B. Sucessão de leis no tempo	827
C. Apuração de maior benignidade.....	827
31. Prescrição	828
A. Noções gerais.....	828
B. Conceito	828
§ 1.º ESPÉCIES.....	829
32. Prescrição da ação penal (prescrição da pretensão punitiva).....	829
33. Prescrição da condenação (prescrição da pretensão executória)	829
34. Prescrição pela pena presumida	830
§ 2.º PRAZOS.....	832
35. Critério e limites	832
§ 3.º TERMO INICIAL	832
36. Antes de transitar em julgado a sentença final.....	832
37. Após o trânsito em julgado da condenação	832
§ 4.º CRIMES IMPRESCRITÍVEIS.....	833
38. Noções gerais	833
39. Relação	833
§ 5.º CAUSAS IMPEDITIVAS OU SUSPENSIVAS	834
40. Noções gerais	834
41. A previsão constitucional.....	834
42. A previsão no CP.....	834
43. A previsão no CPP e na legislação especial.....	834
§ 6.º CAUSAS INTERRUPTIVAS	835
44. Noções gerais	835
45. A previsão no CP.....	835
§ 7.º OS VÁRIOS TIPOS DE PRESCRIÇÃO.....	835
46. Prescrição das penas privativas de liberdade.....	835
47. Prescrição das penas restritivas de direitos	836
48. Prescrição da pena de multa.....	836
49. Prescrição das medidas de segurança.....	836
50. Redução dos prazos de prescrição.....	837
51. Prescrição no caso de fuga do condenado.....	838
52. Prescrição no caso de revogação do livramento condicional.....	838
53. Prescrição nos crimes complexos.....	838

54.	Prescrição nos crimes conexos.....	839
55.	Prescrição no caso de concurso de crimes	839
56.	Prescrição no caso de crime continuado.....	839
57.	Prescrição das penas mais leves	839
58.	Decadência	840
59.	Perempção.....	840
60.	Renúncia	841
61.	Perdão do ofendido	841
62.	Retratação.....	841
63.	Casamento do agente com a vítima.....	842
64.	Casamento da vítima com terceiro	842
65.	Perdão judicial	843
66.	Pagamento do tributo ou de contribuições.....	844

TÍTULO XVII. SÚMULAS DA JURISPRUDÊNCIA

CAPÍTULO I. A IMPORTÂNCIA DAS SÚMULAS	847
1. Noções gerais	847
2. A origem da Súmula do STF	847
3. Classificação das Súmulas	848
4. Natureza, limites e eficácia das súmulas	848
5. A Súmula de Efeito Vinculante	849
6. A relação das Súmulas de Jurisprudência Predominante.....	850
CAPÍTULO II. SÚMULAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	851
CAPÍTULO III. SÚMULAS DE EFEITO VINCULANTE	854
CAPÍTULO IV. PRECEDENTES DE REPERCUSSÃO GERAL.....	855
CAPÍTULO V. SÚMULAS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.....	857
CAPÍTULO VI. SÚMULAS DO EXTINTO TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS ...	859

TÍTULO XVIII. ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

CAPÍTULO ÚNICO.....	861
1. Esclarecimento prévio	861
2. Relação	861

TÍTULO XIX. JURISPRUDÊNCIA GARANTISTA

1. Doutrina garantista	887
2. Constante atualização	887
3. Os precedentes selecionados.....	887

TÍTULO XX. RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA (CNPCCP)

PRINCIPAIS RESOLUÇÕES DESDE 1980 ATÉ 2012

Resolução 1, de 25 de agosto de 1980.....	899
Resolução 2, de 10 de setembro de 1981	899
Resolução 1, de 8 de fevereiro de 1983	899

Resolução 3, de 5 de setembro de 1983	899
Resolução 4, de 11 de novembro de 1983.....	899
Resolução 7, de 17 de novembro de 1983.....	900
Resolução 2, de 30 de janeiro de 1984.....	900
Resolução 4, de 25 de junho de 1984	900
Resolução 1, de 17 de janeiro de 1985.....	900
Resolução 4, de 11 de novembro de 1985.....	900
Resolução 15, de 14 de novembro de 1986.....	900
Resolução 14, de 11 de novembro de 1994.....	900
Resolução 2, de 30 de março de 1999.....	900
Resolução 4, de 27 de agosto de 2001.....	901
Resolução 5, de 04 de maio de 2004	901
Resolução 10, de 08 de novembro de 2004.....	901
Resolução 3, de 23 de setembro de 2005	901
Resolução 8, de 30 de maio de 2006.....	901
Resolução 2, de 8 de maio de 2008	901
Resolução 2, de 11 de março de 2009.....	901
Resolução 3, de 11 de março de 2009.....	902
Resolução 4, de 15 de julho de 2009.....	902
Resolução 6, de 25 de novembro de 2009.....	902
Resolução 12, de 18 de dezembro de 2009	902
Resolução 6, de 14 de setembro de 2010	902
Resolução 4, de 29 de junho de 2011	902
Resolução 8, de 9 de novembro de 2011.....	902
Resolução 2, de 1.º de junho de 2012.....	902
Resolução 3, de 1.º de junho de 2012.....	902
Resolução 5, de 28 de junho de 2012	903
BIBLIOGRAFIA	905
ÍNDICE ALFABÉTICO E REMISSIVO.....	925
OUTRAS OBRAS DO AUTOR.....	941